

Versão aprovada na 116a. Reunião ordinária do CPPG realizada em 20/06/2017 e enviado para a Câmara de Pós-Graduação - CPP

RESOLUÇÃO PPGE Nº 13/2017

Regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação *stricto sensu* da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

CONSIDERANDO a necessidade de novos procedimentos que contribuam para a excelência acadêmica, maior flexibilidade e internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE, resolve:

I. DOS OBJETIVOS E DA ESTRUTURAÇÃO GERAL DO PROGRAMA

Art. 1º. O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília (UnB) é desenvolvido pela Faculdade de Educação (FE), e se rege pelas normas desta Universidade e pelo presente Regulamento.

Art. 2º. O PPGE é diretamente vinculado ao Decanato de Pós-Graduação – DPG da Universidade de Brasília, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), tal como estabelece o artigo 10 da Resolução CEPE Nº 080/2017 e, vinculada Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação (CCPG) da Faculdade de Educação (se houver), na forma que dispõe o artigo 31 do Estatuto e os artigos 30 e 78 do Regimento Geral da Universidade de Brasília.

Art. 3º. O PPGE compreende cursos de pós-graduação *stricto sensu* – cursos de Doutorado e Mestrado Acadêmico em Educação, e cursos *lato sensu* – de Especialização no campo da educação.

§ 1º O curso de Doutorado objetiva a formação e o aprimoramento, em alto nível, de profissionais comprometidos com o avanço do conhecimento na área de Educação, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e o exercício do magistério no nível superior.

§ 2º O curso de Mestrado Acadêmico objetiva promover a competência acadêmica de graduados, contribuindo para o aperfeiçoamento de docentes e para a formação inicial de pesquisadores no campo educacional.

§ 3º Os cursos de Especialização – *lato sensu* – são regidos pela Resolução CEPE Nº 29/2003, objetivam aprimorar a formação profissional de graduados, em áreas específicas da Educação, propiciando-lhes visão ampliada da realidade educacional, mediante o desenvolvimento de atividades práticas e teóricas.

§ 4º O Doutorado e o Mestrado Acadêmico em Educação estruturam-se em uma única Área de Concentração: **Educação**, organizada Linhas de Pesquisas (Anexo 1).

Art. 4º. Propostas de criação de novos cursos serão submetidas, consecutivamente, à Comissão de Pós-Graduação- CPG, ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação – CPPG, ao Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação – CCPG (se houver) e ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação- DPP.

II. DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Art. 5º. O PPGE é organizado em cinco instâncias acadêmico-administrativas com competências específicas: Colegiado do Programa – CPPG, Comissão da Pós-Graduação – CPG, Representante de Linhas de Pesquisa – RLP, Coordenação Geral e a Secretaria.

Art. 6º. O PPGE terá um Colegiado permanente, doravante denominado Colegiado do Programa de Pós-Graduação - CPPG.

Art. 7º. Compete ao CPPG a definição da política acadêmica e a coordenação didático-científica dos cursos, cabendo-lhe:

I – propor o credenciamento de orientadores e coorientadores, nos termos dos artigos 22 e 23 da Resolução CEPE Nº 08/2017 e de normas próprias do PPGE;

II – contribuir na elaboração, na execução e no acompanhamento da política de pós-graduação da Unidade, com vistas à inserção do Programa, com excelência, nas comunidades nacional e internacional;

III – propor os planos de aplicação dos recursos colocados à disposição do Programa pela Universidade, de acordo com os níveis de autonomia definidos por regulamentação própria;

IV – aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;

V – propor critérios de seleção para ingresso na Pós-Graduação, respeitada a regulamentação geral da Universidade;

VI – estabelecer o número de vagas a serem oferecidas a cada seleção;

VII – apreciar propostas e recursos de professores e estudantes do programa no âmbito de sua competência.

Art. 8º. O CPPG terá a seguinte composição:

I – o Coordenador do PPGE, que o presidirá;

II – todos os professores credenciados no PPGE;

III – representação dos pós-graduandos, até um décimo do total dos membros docentes do colegiado, garantindo representatividade dos cursos em funcionamento: doutorado, mestrado acadêmico e cursos de especialização;

Art. 9º. O CPPG se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador ou mediante requerimento de 65% de seus membros, de acordo com o Art. 48 do Regulamento Geral da UnB, sempre com antecedência mínima de quarenta e oito horas, e deliberará com a maioria simples dos votos.

Art. 10. O PPGE conta com uma Comissão de Pós-Graduação (CPG), integrada:

I - pelo Coordenador do PPGE, que a presidirá;

II - por um docente representante de cada uma das Linhas de Pesquisa do PPGE. Esse docente articulará as ações da respectiva Linha e será escolhido entre os pares, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período;

III - por dois representantes discentes, um do curso de Doutorado e um do curso de Mestrado Acadêmico.

Art. 11. Compete à CPG:

I – acompanhar o Programa de Pós-Graduação no que diz respeito ao desempenho dos estudantes e à utilização de bolsas e recursos;

II – definir e gerenciar a distribuição e a renovação de bolsas de estudo;

III – constituir as Comissões Examinadoras de teses e dissertações;

IV – encaminhar os resultados de defesas de teses e dissertações;

V – constituir a Comissão de Seleção para admissão de estudantes no Programa;

VI – avaliar as solicitações de aproveitamento de estudos, nos termos dos artigos 25 e 32;

VII – analisar pedidos de trancamento geral de matrícula, solicitação de alteração de prazos de conclusão de curso, bem como designação e mudança de orientador e coorientador;

VIII – apreciar solicitações de defesa direta de tese;

IX – apreciar propostas e recursos de professores e estudantes do Programa.

Art. 12. A Coordenação do PPGE será exercida por um Coordenador e um Coordenador Substituto, escolhidos entre os professores orientadores do Programa, com mais de dois anos no exercício do magistério na Universidade de Brasília, conforme o disposto no Art. 105 do Regimento Geral da UnB.

§ 1º O mandato do Coordenador e do Coordenador Substituto será de dois anos, conforme estabelece o artigo 9º do Estatuto da UnB, permitida uma recondução.

§ 2º A coordenação dos cursos de Doutorado e Mestrado Acadêmico está sob a responsabilidade do coordenador do PPGE.

§ 3º A coordenação acadêmica de cada curso de especialização (quando houver) será exercida por um docente pertencente ao quadro de pessoal da FUB, lotado na Faculdade de Educação, sob a supervisão do Coordenador do PPGE.

Art. 13. O Coordenador do PPGE é responsável pela execução das decisões do CPPG, cabendo-lhe:

I – presidir o Colegiado do Programa de Pós-Graduação;

II – presidir a Comissão de Pós-Graduação;

III – representar o Programa perante os órgãos colegiados em que essa representação esteja prevista;

IV – ser responsável pela gestão do Programa perante a Unidade Acadêmica, o Decanato de Pós-Graduação, os Colegiados definidos nos artigos 10 a 12 e as agências de fomento;

V – apreciar propostas e recursos de professores e estudantes do Programa no âmbito de sua competência;

VI – encaminhar à Secretaria de Administração Acadêmica, em qualquer tempo, solicitação de desligamento de estudantes, quando identificadas as situações descritas no artigo 31 Resolução CEPE Nº 080/2017.

§ 4º Compete ao Coordenador Substituto colaborar com a gestão do Programa e assumir as funções de coordenação em caso de ausência ou impedimento do Coordenador.

Art. 14. As linhas de pesquisa do PPGE são fundamentadas em tradição investigativa e de publicações e são aglutinadoras de projetos desenvolvidos pelos docentes. As propostas de criação de outras áreas de concentração e novas linhas de pesquisa serão apreciadas pelo CPPG para posterior encaminhamento à CPP.

Art. 15. As linhas de pesquisa serão representadas junto à Coordenação do PPGE por um professor, escolhido entre orientadores credenciados na linha de pesquisa.

§ 1º O mandato do Representante de Linha será de dois anos, conforme estabelece o artigo 9º do Estatuto, permitida uma recondução.

§ 2º São atribuições do Representante de Linha:

- I - executar tarefas delegadas pelo CPPG
- II - assessorar a Coordenação do PPGE e o CPPG na execução da política de pós-graduação;
- III - analisar e emitir pareceres sobre demandas da Linha
- IV - indicar membros para composição das comissões de seleção e outras do PPGE;
- V - analisar solicitações de mudança de orientador e designação de co-orientador;
- VI - analisar pedidos de prorrogação de prazo de qualificação no Mestrado Acadêmico e no Doutorado;
- VII - analisar casos especiais de solicitações de estudantes referentes à sua vida acadêmica;

Art. 16. A Coordenação do PPGE tem uma Secretaria a ela subordinada, órgão executivo dos serviços administrativos e técnicos, composta por servidores da carreira técnico-administrativa da UnB, com atribuições definidas nos termos do Regimento Geral da UnB.

III. DA INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E MATRICULA

Art. 17. A admissão de estudantes nos cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado do PPGE será feita por seleção pública e os respectivos procedimentos e documentação exigida serão anunciados em edital.

§ 1º Os editais de seleção para os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado de serão elaborados por Comissão de Seleção e, uma vez aprovado pelo CPPG, e, em seguida à CPP para homologação e divulgação.

§ 2º A Comissão de Seleção será indicada pela CPG e constituída por ato da Coordenação do PPGE.

§ 3º Ao final do processo de seleção, a Comissão de Seleção elaborará ata contendo todos os elementos do processo, a qual deverá ser aprovada pelo Colegiado do PPGE e homologada pelo Decanato de Pós-Graduação.

§ 4º Ao candidato é assegurado o direito a recurso, junto à Comissão de Seleção, ao CPPG e a CPP, nessa ordem, exclusivamente quanto a vício de forma no processo de seleção, de acordo com o Regimento Geral da UnB.

Art. 18. Para admissão em curso de Pós-Graduação, os candidatos devem satisfazer, além daquelas estabelecidas na regulamentação geral da Universidade de Brasília e nas demais normas pertinentes, as seguintes exigências:

I – ser diplomado em curso de graduação, conforme previsto no Edital de Seleção;

II – ser selecionado dentro do número de vagas conforme o Regulamento do Programa e demais condições estipuladas em edital.

§ 1º Será exigida capacidade de leitura e compreensão em língua estrangeira a ser definida pelo Programa.

§ 2º Para a admissão em curso de doutorado será exigido, adicionalmente, o cumprimento de uma das duas condições seguintes:

I – ser diplomado em curso de mestrado reconhecido pelo Ministério da Educação ou equivalente, ou;

II – ter produção comprovadamente relevante na área de conhecimento, sendo os critérios estabelecidos no Edital de Seleção.

§ 3º Não se aplica o § 2º aos candidatos de que trata o Art. 19 desta Resolução.

Art. 19. Os estudantes dos cursos de mestrado poderão ser admitidos no curso de doutorado do PPGE, a qualquer momento antes de completarem dezoito meses no Programa, sem necessidade de submeter-se ao processo público de seleção para o doutorado.

§ 1º Não poderão se beneficiar do disposto no *caput* deste artigo os estudantes que tenham sido admitidos mais de uma vez no PPGE.

§ 2º A solicitação de admissão ao doutorado deverá ser aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação e referendada pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, cumpridos, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – solicitação fundamentada do estudante acompanhada do projeto de tese e de cronograma para o seu desenvolvimento cuja duração total, incluído o tempo como estudante de mestrado, não poderá ultrapassar 60 meses até a data de defesa de tese;

II – parecer circunstanciado do professor orientador do estudante no qual fique comprovado o potencial do discente e a viabilidade do projeto de tese a ser desenvolvido pelo estudante dentro do cronograma proposto;

III – parecer de comissão de três membros designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação, especialmente para esse fim, composta de professores credenciados para orientar no doutorado do programa e, opcionalmente, membro externo ao programa credenciado para orientar no doutorado.

Art. 20. Os candidatos ao Doutorado e Mestrado Acadêmico, residentes permanentes no exterior, poderão ser selecionados mediante critérios específicos.

Art. 21. O número de vagas para admissão de estudantes em cada Linha de Pesquisa será fixado pelo CPPG, mediante proposta da CPG, e submetido à apreciação da CPP.

§ 1º Para o estabelecimento do número de vagas serão levados em consideração, entre outros, os seguintes elementos:

I – a existência comprovada de orientadores qualificados com disponibilidade para a orientação;

II – os limites e as indicações de número máximo de orientações por professor credenciado constantes nos documentos da Área de Educação da Capes e demais normas das agências e dos órgãos de avaliação da Pós-Graduação;

III – o fluxo de entrada e saída dos estudantes.

§ 2º O edital deverá conter todas as informações referentes ao processo de seleção, locais e datas de realização das etapas e da divulgação dos resultados.

§ 3º O edital poderá prever processo de seleção que dispense a presença dos candidatos em Brasília.

Art. 22. A admissão do estudante de Pós-Graduação concretiza-se com o seu registro na Secretaria de Administração Acadêmica.

§ 1º Do registro do estudante na Secretaria de Administração Acadêmica deverão constar, além dos seus dados de identificação, a comprovação de conclusão de curso de Graduação, o registro da seleção realizada para ingresso e o nome do professor orientador.

§ 2º É vedado o registro concomitante em mais de um curso de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília ou de qualquer outra instituição de ensino, exceto quando se tratar dos casos previstos no artigo 7º da Resolução CEPE Nº 080/2017.

Art. 23. O candidato aprovado em processo de seleção deverá requerer matrícula em disciplinas e atividades acadêmicas, nos prazos estabelecidos pelo calendário escolar.

Art. 24. Poderá ser admitida a matrícula em disciplinas isoladas do Programa de Pós-Graduação em Educação, de acordo com a disponibilidade de vagas, de estudantes especiais que demonstrem capacidade para cursá-las.

§ 1º A matrícula como estudante especial não cria qualquer vínculo com os Programas de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.

§ 2º A matrícula como estudante especial está aberta aos portadores de diploma de Graduação que não estejam registrados como estudantes regulares de Pós-Graduação *stricto sensu* na Universidade de Brasília.

§ 3º A matrícula somente poderá ser feita em disciplina com comprovada existência de vaga, após o atendimento dos estudantes regulares de Pós-Graduação.

IV. DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E ACADÊMICA

Art. 25. Os currículos dos cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado em Educação se organizam em sistema de créditos, compreendendo disciplinas organizadas da seguinte maneira:

I – área de Concentração em Educação, com disciplinas específicas do PPGE;

II – domínio conexo, constituído de disciplinas de Pós-Graduação *stricto sensu* oferecidas na Universidade de Brasília.

§ 1º As disciplinas da Área de Concentração terão caráter optativo para os estudantes dos cursos de mestrado acadêmico e de doutorado (Anexo 2).

§ 2º Não serão atribuídos créditos aos Exames de Qualificação de Mestrado e de Doutorado, à Dissertação de Mestrado e à Tese de Doutorado.

§ 3º Os currículos dos cursos do PPGE serão apreciados pela CPG, pelo CPPG e pela CPP, nos termos do Regimento Geral da UnB

§ 4º As propostas de criação de disciplinas serão apreciadas pelo CPPG, mediante exposição fundamentada, que incluirá ementa, programa, bibliografia, número de créditos, justificativa e viabilidade da oferta sendo, posteriormente, encaminhadas à CPP.

§ 5º A organização acadêmico-pedagógica dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (cursos de Especialização) será definida no projeto de cada curso.

Art. 26. Incluindo os prazos para a elaboração e defesa da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado, os prazos para o estudante completar o curso não pode ser inferior a 12 meses e nem superior a 24 meses para o mestrado acadêmico e nem inferior a 24 meses e superior a 48 meses para doutorado.

§ 1º Para atender às exigências curriculares do curso, poderão ser apropriadas disciplinas de Pós-Graduação *stricto sensu* cursadas como estudante especial nos termos do artigo 24 até o limite de 50% do total de créditos exigidos, respeitado o que consta nos artigos 27 e 29.

§ 2º Após a integralização curricular de disciplinas, o estudante deverá matricular-se em cada período letivo em Elaboração de Dissertação de Mestrado ou Elaboração de Tese de Doutorado.

§ 3º O estudante que estiver cumprindo estágio de pesquisa de Mestrado e Doutorado fora da UnB, programa sanduíche, deverá matricular-se em cada período letivo em Elaboração de Dissertação de Mestrado ou Elaboração de Tese de Doutorado.

§ 4º Excepcionalmente, perante apresentação de razões amplamente justificadas pelo estudante e seu orientador e de cronograma que indique claramente a viabilidade de conclusão do curso, os prazos estabelecidos no *caput* poderão ser estendidos. No caso dos cursos de Mestrado, esta prorrogação poderá ser de até seis meses; no caso do Curso de Doutorado, esta prorrogação poderá ser de até doze meses.

§ 5º Os casos excepcionais, referidos no parágrafo anterior serão apreciados pela CPG e levados às CPPG, se necessário.

Art. 27. Para defesa da dissertação o(a) estudante(a) deverá:

§ 1º Integralizar, no mínimo, 28 (vinte e oito) créditos, sendo pelo menos 16 créditos em disciplinas da Área de Concentração em Educação.

§ 2º Comprovar, durante o período do Mestrado, a submissão de pelo menos um artigo em periódico com classificação Qualis em Educação de A1 a B2, ou a publicação de um capítulo de livro por editora com corpo editorial.

Art. 28. Para a defesa da Tese, o(a) estudante(a) deverá:

§ 1º Integralizar, no mínimo, de 40 (quarenta) créditos, sendo pelo menos 20 créditos em disciplinas da Área de Concentração em Educação.

§ 2º Ser aprovado em exame de qualificação até o 5º período de curso;

§ 3º Comprovar, durante o período do Doutorado, a aceitação de pelo menos um artigo para publicação em periódico científico com classificação Qualis em Educação de A1 a B2;

§ 4º Comprovar, durante o período do Doutorado, a submissão de pelo menos um segundo artigo para a publicação em periódico científico, com classificação Qualis em Educação de A1 a B2 ou a publicação de um capítulo de livro por editora com corpo editorial;

V. DO REGIME ESCOLAR

Art. 29 - Os critérios de avaliação do rendimento acadêmico regem-se pelas normas da UnB.

Art. 30 - Os pedidos de aproveitamento de créditos, obtidos em curso de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido no país, ou em universidade estrangeira, serão deferidos pelo PPGE mediante parecer favorável do orientador do estudante.

§ 1º O aproveitamento de créditos está limitado aos que foram obtidos nos cinco anos anteriores à solicitação.

§ 2º Será concedido aproveitamento de créditos obtidos na condição de estudante especial do PPGE, mediante requerimento do interessado e independente de apreciação pela CPG, atendido o disposto no parágrafo anterior, até o limite de 50% do total de créditos exigidos no curso.

§ 3º O aproveitamento de créditos no Doutorado e no Mestrado Acadêmico, obtidos nos termos do caput, está limitado ao total de 50% dos créditos em disciplinas.

VI. DO CORPO DOCENTE

Art. 31. O corpo docente do PPGE é integrado por professores doutores, devidamente credenciados como orientadores de acordo com as normas da Área de Educação da Capes e da Universidade de Brasília, classificados em três categorias:

I - docentes permanentes, constituindo o núcleo principal de docentes do PPGE;

II - docentes e pesquisadores visitantes;

III - Docentes colaboradores

Art. 32. As solicitações de credenciamentos de novos de professores ocorrerão uma vez ao ano, no período anterior à publicação dos editais de seleção de estudantes para os cursos de mestrado acadêmico e doutorado em educação.

Parágrafo único. A duração do credenciamento de orientadores será de 5 (cinco), seguindo normatização da CPP.

VII. DA ORIENTAÇÃO E DOS TRABALHOS FINAIS

Art. 33. Cada estudante regular do PPGE terá um orientador acadêmico, participante da linha de pesquisa para a qual se submeteu no processo seletivo, designado no momento de matrícula nos cursos.

Art. 34. Compete ao orientador acadêmico:

I - supervisionar o estudante na organização de seu plano curricular, no início de cada período letivo;

II - acompanhar o desempenho acadêmico do estudante durante o curso;

III - orientar e supervisionar o estudante nas atividades de pesquisa que conduzirão à elaboração de tese, da dissertação ou trabalho de conclusão final de curso, conforme o caso.

§ 1º É permitida mudança de orientador, desde que realizada até o momento da defesa do projeto de pesquisa de Mestrado Acadêmico e da qualificação do projeto de tese de Doutorado, solicitada mediante requerimento fundamentado para apreciação pela CPG e de acordo com as normas do PPGE.

§ 2º O orientador poderá indicar à CPG o nome de um co-orientador, mediante justificativa e apresentação de currículo. O co-orientador deverá ser credenciado no PPGE. Se for de outro Programa terá co-orientação específica.

§ 3º Ao orientador é facultado interromper o trabalho de orientação, uma vez autorizado pelo CPPG.

§ 4º O docente que obteve seu título de Doutorado há menos de três anos terá sob sua responsabilidade, simultaneamente, até três orientandos.

§ 5º Compete ao CPPG apreciar situações de excepcionalidade.

Art. 35. Os estudantes do curso de Mestrado Acadêmico deverão até o final de 12 meses se submeter ao exame de qualificação de projeto de dissertação, diante de bancas examinadoras especialmente constituídas com tal finalidade, indicadas pelo orientador e aprovadas pela CPP, de acordo com normas estabelecidas pelo PPGE.

Art. 36. Os estudantes do curso de Doutorado deverão ser submetidos a exames de qualificação de projeto de tese de doutorado, diante de bancas examinadoras especialmente constituídas com tal finalidade, indicadas pelo orientador e aprovadas pelo DPP, de acordo com normas estabelecidas pelo PPGE.

§ 1º Os exames de qualificação de Doutorado serão realizados após a conclusão de pelo menos vinte e quatro créditos em disciplinas e do cumprimento de pelo menos 12 meses no curso como estudante regular, perante uma comissão examinadora integrada por três professores doutores, incluindo o orientador, que a presidirá.

§ 2º Na hipótese de que um dos membros de Comissões Examinadoras, por motivo de força maior, esteja impedido de comparecer à sessão de defesa sem que haja tempo hábil para convocação de membro suplente, seu parecer conclusivo, e previamente enviado ao orientador, será aceito no lugar de sua argüição presencial.

Art. 37. A matrícula em “Elaboração de Dissertação de Mestrado” e “Elaboração de Tese de Doutorado” é obrigatória após a defesa, com aprovação, do projeto de dissertação ou do projeto de tese de doutorado.

VIII. DA DIPLOMAÇÃO E CONCESSÃO DOS GRAUS DE MESTRE E DOUTOR

Art. 38. Para obter o diploma de Mestre, além de cumprir as exigências curriculares estabelecidas pelo regulamento do PPGE, o estudante deverá ter uma Dissertação, de sua autoria exclusiva, defendida em sessão pública, e aprovada por uma Comissão Examinadora.

§ 1º Na data da defesa da Dissertação de mestrado, o candidato deverá ter cumprido todas as demais exigências curriculares do seu curso.

§ 2º A Comissão Examinadora será presidida pelo professor orientador, este sem direito a julgamento, e composta por dois outros membros titulares, sendo pelo menos um deles não vinculado ao PPGE, e por um suplente, e será aprovada pela Comissão de Pós-Graduação, observados os critérios de excelência na área de conhecimento do trabalho a ser avaliado.

§ 3º Os membros da Comissão Examinadora, referidos no § 2º, deverão ser possuidores do título de Doutor e não poderão, com exceção do orientador, estar envolvidos na orientação da dissertação.

§ 4º Na impossibilidade da participação do orientador, esse deverá ser substituído na defesa por outro professor credenciado ao Programa, mediante indicação da Coordenação do Programa.

Art. 39. Para obter o diploma de Doutor, além de cumprir as demais exigências curriculares estabelecidas pelo regulamento do curso, o estudante deverá:

I – ser aprovado em exame de qualificação, no prazo fixado pelo regulamento do curso;

II – ter uma tese, de sua autoria exclusiva, defendida em sessão pública, e aprovada por uma Comissão Examinadora.

§ 1º A tese deverá apresentar contribuição significativa e inédita para o seu campo de estudo.

§ 2º Na data da defesa da tese de doutorado, o candidato deverá ter cumprido todas as demais exigências curriculares do seu curso.

§ 3º A Comissão Examinadora será presidida pelo professor orientador, este sem direito a julgamento, e composta por três outros membros titulares e um suplente. Entre os membros titulares, um deve ser vinculado ao PPGE e os demais externos, sendo pelo menos um deles não vinculado à Universidade de Brasília. A Comissão Examinadora será aprovada pela Comissão de Pós-Graduação, observados os critérios de excelência na área de conhecimento do trabalho a ser avaliado.

§ 4º Os membros referidos no § 3º deverão ser possuidores do título de Doutor e não poderão, com exceção do orientador, estar envolvidos na orientação da tese.

§ 5º Na impossibilidade da participação do orientador, esse deverá ser substituído na defesa por outro professor credenciado ao Programa, mediante indicação da Coordenação do Programa.

Art. 40. As defesas de dissertação, de trabalho de conclusão final de curso e de tese serão realizadas em sessão pública amplamente divulgada.

§ 1º As sessões de deliberação das Comissões Examinadoras são privativas de seus membros.

§ 2º A avaliação da Comissão Examinadora será conclusiva e resultará em uma das seguintes decisões: aprovação, aprovação com revisão de forma, reformulação ou reprovação.

§ 3º A Comissão Examinadora deliberará por maioria simples de votos, assegurado o direito a recurso pelo estudante, junto ao Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão (CEPE), exclusivamente quanto a vício de forma.

§ 4º Na hipótese de aprovação e na de revisão de forma, o estudante terá prazos de, respectivamente, 15 (quinze) e 30 (trinta) dias para apresentar a versão definitiva.

§ 5º Na hipótese de reformulação da dissertação no Mestrado Acadêmico ou da tese no doutorado, a Comissão Examinadora fixará prazos para a nova defesa perante a mesma Comissão de até noventa dias no caso do Mestrado Acadêmico e de até cento e oitenta dias no caso do Doutorado.

§ 6º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se o trabalho reformulado, após sua defesa, não for aprovado pela Comissão Examinadora, ou se a segunda versão não for entregue no prazo estipulado, o estudante será desligado do PPGE.

§ 7º Para os estudantes do Mestrado Acadêmico e do Doutorado, a homologação da defesa pela CPG, após a aprovação pela banca de defesa, se dará mediante a entrega, em 15 (quinze) dias, de:

- I - versão final da tese ou dissertação, em formato digital;
- II - resumo da tese ou da dissertação em português e em inglês e três palavras-chave em português e em inglês, em formato digital;
- III - termo de autorização para publicação do trabalho na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, assinado pelo autor.

IX. DO DESLIGAMENTO

Art. 41. O estudante será automaticamente desligado do curso pela Secretaria de Assuntos Acadêmicos - SAA na ocorrência de uma das seguintes situações:

- I - após duas reprovações em disciplinas
- II - após duas reprovações no exame de qualificação
- III - se não efetivar matrícula findo o trancamento previsto no Art. 29
- IV - se não efetivar matrícula a cada período letivo
- V - se for reprovado na defesa de tese ou dissertação
- VI - se ultrapassar o prazo máximo de permanência no curso, previsto no Art. 24, ou os prazos estabelecidos no Art. 39.
- VII - por motivos disciplinares previstos no Regimento Geral, após análise do processo administrativo.

Art. 42. Na eventualidade do estudante desejar reingressar no curso após desligamento, só poderá fazê-lo mediante nova seleção pública.

Parágrafo único. Disciplinas cursadas anteriormente à admissão poderão ser aproveitadas após análise pela CPG, levando-se em conta os dispositivos do art. 25 da Resolução CEPE Nº 080/2017.

X. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo CPPG e, se for o caso, submetidas à CPP.

Art. 44. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação e pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília.

Brasília/ DF, 20 de junho 2017.

Aprovada na 116ª Reunião ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação realizada em 20 de junho de 2017.

Profª. Drª. Maria Abádia da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Educação – FE/UnB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO**ANEXO 1 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : EDUCAÇÃO**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	
EDUCAÇÃO	
LINHAS DE PESQUISA	
1.	Políticas públicas e gestão da educação (POGE)
2.	Escola, aprendizagem, ação pedagógica e subjetividade na educação (EAPS)
3.	Educação em ciências e matemática (ECMA)
4.	Profissão docente, currículo e avaliação (PDCA)
5.	Educação, tecnologias e comunicação (ETEC)
6.	Educação ambiental e educação do campo (EAEC)
7.	Estudos Comparados em Educação (ECOE)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO
ANEXO 2 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : EDUCAÇÃO - DISCIPLINAS**

Código	Nome	Nº de Créditos
392766	Avaliação Institucional	04
392618	Estado e Políticas Públicas em Educação	04
392600	Gestão e Educação Superior	04
392570	Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica	04
392588	Políticas Públicas de Ensino Superior	04
392642	Trabalho e Educação	04
392421	Políticas Públicas e Educação a Distância	04
392863	Políticas Públicas e Gestão da Educação	04
392928	Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação I	04
392936	Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação II	04
392634	Aprendizagem e Desenvolvimento	04
392839	A Escola e seu Significado Social	04
392561	Criatividade e Inovação no Processo de Ensino-Aprendizagem	04
392553	Desenvolvimento Psicológico Atípico e Problemas de Aprendizagem	04
392367	Educação em Língua Materna	04
392545	Educação de Jovens e Adultos	04
392243	Organização do Trabalho Pedagógico	04
392529	Qualidade na Educação Infantil	04
392758	Subjetividade, Cultura e Educação	04
392731	Educação e Subjetividade: abordagens transdisciplinares	04
	Processos de Formação: um olhar transdisciplinar através da arte	04
	Território, Cultura e Educação: escola, vida, tempo e espaço	
	Educação e Estética	
	Escola, Aprendizagem, ação pedagogia e subjetividade na educação.	04
	Seminário de Pesquisa em Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação I	04
	Seminário de Pesquisa em Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação II	04
392502	Ensino de ciências e tecnologia	04
392812	Educação em contextos informais e não formais	04
392189	Educação matemática	04
	Desigualdade científico-tecnológica: perspectivas educacionais	
	Educação matemática, currículo e avaliação	04
	Educação matemática e formação de professores	04
	Educação matemática e criatividade	04
	Educação matemática e resolução de problemas	04
	Educação matemática e Inclusão	04
393070	Alfabetização e letramento científico e tecnológico	04
392821	Aprendizagem Lúdica: Fundamentos, Estratégias e Inovações	04
393177	Tópicos Especiais em Educação em Ciências e Matemática	04

393151	Seminário de Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática I	04
393169	Seminário de Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática II	04
395065	Avaliação na Educação Básica	04
391964	Currículo: Fundamentos e Concepções	04
392961	Currículo para a Formação Docente	04
392251	Formação de Profissionais da Educação	04
392022	Docência na Educação Superior	04
392243	Organização do Trabalho Pedagógico	04
392979	Profissão Docente: Evolução Histórica	04
	Seminário de Pesquisa em Profissão Docente, Currículo e Avaliação I.	04
	Seminário de Pesquisa em Profissão Docente, Currículo e Avaliação II	04
	Linguagens audiovisuais e cinema	04
392774	Educação hipertextual nas produções culturais	04
	Ciberarte e educação online	04
392791	Espaços de cinema: natureza e cultura em imagens e sons	04
392596	Informática e Comunicação Pedagógica	04
392413	Mídia e Educação	04
392651	Pesquisa em Tecnologias na Educação	04
392987	Teatro, Drama e Educação	04
391972	Tecnologias Interativas na Educação	04
	Seminário de Pesquisa em Educação, Tecnologias e Comunicação I	04
	Seminário de Pesquisa em Educação, Tecnologias e Comunicação II	04
392804	Ecologia Humana e Educação Ambiental	04
392855	Abordagens Metodológicas Transdisciplinares	04
392847	Complexidade e Educação	04
392782	Fundamentos Epistemológicos da Transdisciplinaridade	04
393126	Fundamentos da Educação do Campo	04
392464	Organização e Cultura	04
392669	Educação Ambiental	04
	Educação do Campo	04
	Seminário de Pesquisa em Educação Ambiental I	04
	Seminário de Pesquisa em Educação Ambiental II	04
	Seminário de Pesquisa em Educação do Campo I	04
	Seminário de Pesquisa em Educação do Campo II	04
309702	Estudos Comparados: enfoques epistemológicos, teorias e métodos	04
	Seminário de Pesquisa em Estudos Comparados em Educação I	04
	Seminário de Pesquisa em Estudos Comparados em Educação II	04
392910	Metodologia Qualitativa e Interpretação de Dados	04
392707	Epistemologia e Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais	04
392715	Pensamento Pedagógico Contemporâneo	04
391701	Pesquisa em Educação	04

ANEXO 3 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO : EMENTAS DAS DISCIPLINAS

1. LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO (POGE)

Epistemologia e Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

Conceito e finalidade da ciência. A filosofia e sua relação com a práxis científica. A ciência e a problemática da compreensão da realidade: problemas gnosiológicos, metodológicos e axiológicos. A interdisciplinaridade do saber. O significado ideológico do trabalho científico. A ciência como processo histórico-social. A questão do método científico. Os eixos epistemológicos das ciências humanas e sociais.

Pensamento Pedagógico Contemporâneo

Análise histórica do pensamento pedagógico brasileiro, contextualizando-o com os fatos políticos, econômicos e culturais de cada época, com ênfase nas propostas educacionais defendidas e implementadas mais recentemente, incluindo o movimento escolanovista, o período de criação do INEP e dos centros regionais de pesquisa educacional, a institucionalização da pós-graduação e da pesquisa nas décadas de 70 e 80, que inauguram novos marcos do pensamento educacional no Brasil. Visões Sociológicas da Educação e suas implicações para a prática educativa. Movimentos Sociais e demandas sociais por educação.

Pesquisa em Educação

Apresentação de abordagens da pesquisa educacional que contribuam para o amadurecimento dos projetos de dissertação dos mestrandos. Bases da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa, no plano epistemológico e metodológico. Discussão metodológica e trabalhos práticos na pesquisa qualitativa e na pesquisa de *survey*.

Avaliação Institucional

Política pública e educacional como objetos de avaliação. Avaliação institucional em educação: objetivos, princípios, características e finalidades. Abordagem histórica da avaliação institucional no Brasil. Avaliação institucional como procedimento de avaliação interna (auto-avaliação) e externa (políticas públicas de avaliação). Processos metodológicos e usos da avaliação institucional em instituições e sistemas educacionais. Análise de modelos avaliativos aplicados à Educação Básica e à Educação Superior no país.

Estado e Políticas Públicas em Educação

Relação Estado-sociedade em diferentes perspectivas. Bases conceituais para compreensão da gênese, do desenvolvimento e das transformações do Estado moderno na sociedade capitalista. Emergência, evolução e crise do Estado de Bem-Estar Social: instauração dos regimes de proteção social e a questão educacional. Formação, evolução e reforma do Estado no Brasil e seus contornos na política educacional. Educação como política pública. Políticas públicas em educação: conceitos, processos de decisão, acordos e dissensos. A política educacional no contexto das políticas públicas. Papel do Estado na formulação e indução de políticas educacionais. Eixos e tendências recentes na análise de políticas públicas (de educação) no Brasil.

Gestão e Educação Superior

A Escola como instituição e seu papel social. Análise do papel das Instituições de Ensino como aparelho ideológico, como instância de dominação e de poder. As Instituições de Ensino como organizações formais. Educação superior e ascensão social. A institucionalização da Universidade. Gestão e comportamento organizacional em ambientes universitários. Estudos e pesquisas relacionados com a gestão da educação superior.

Metodologias Qualitativas e Interpretação de Dados

Apesar da crescente demanda da pesquisa social qualitativa no campo das Ciências Sociais e da Educação e do grande número de pesquisadores trabalhando com métodos qualitativos, existe ainda uma lacuna no que diz respeito ao estudo de referenciais teórico-metodológicos no campo da pesquisa qualitativa e ao ensino de técnicas de pesquisa e métodos de interpretação de dados. Atualmente metodologias qualitativas não são vistas em contraposição aos métodos quantitativos, mas como enfoques diferentes e necessários no campo da pesquisa social empírica. A disciplina abordará os seguintes aspectos: entrevistas; método de transcrição e interpretação de dados coletados; Exercícios de interpretação de entrevistas individuais e entrevistas de grupo.

Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica

Análise das políticas de educação básica no Brasil, no contexto político, econômico e cultural, destacando os embates na formulação e na materialização destas políticas e os desdobramentos no que concerne ao papel social da educação e da escola. Partidos políticos e Educação. Perspectivas e tendências das políticas públicas e gestão da educação básica expressas nas reformas educacionais, leis do ensino, projetos e programas, destacando: o público e o privado, a democratização da educação e a qualidade do ensino.

Políticas Públicas de Ensino Superior

Conceitos e modelos de educação superior e de universidade. Políticas de educação superior e categorias de análise. Trajetória recente da educação superior no país e o cenário latino-americano. O público e o privado. Tópicos de análise das políticas: acesso; avaliação do ensino superior e da universidade; autonomia universitária – acadêmica, de gestão financeira e de gestão administrativa; diferenciação; financiamento; pós-graduação e pesquisa; universidade e setor produtivo.

Trabalho e Educação

As relações entre Educação e Trabalho. As mudanças no mundo e nos processos de trabalho, mediadas ou não pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Análise das relações entre Educação e Trabalho em diferentes modos de produção e a Centralidade do Trabalho. Trabalho como princípio ontológico e formativo. Relações entre educação (escolar e não escolar), Educação Popular, Sociedade, Estado e Territorialidade. Sindicalismo da Educação e Movimentos Sociais

Políticas Públicas e Gestão da EPT

Estudos sobre modelos comparados de sistemas e de políticas públicas para a EP&T e suas consequências para o desenvolvimento de políticas institucionais. Compreensão das várias dimensões da construção da política, interesses envolvidos, resultados e controle social exercido sobre elas; indicadores de avaliação e de gestão aplicados à EP&T.

Materialismo Histórico-Dialético e Educação

A concepção de método e a construção do materialismo histórico e dialético por Marx e Engels. Conceituação clássica e contemporânea de Classe Social e a diferença para estratificação social. Educação, emancipação humana e Luta de Classes. Concepção de sociedade e Estado em Marx e Engels. A lógica dialética em Hegel e Marx. Estudo da teoria do valor trabalho em Marx e a teoria do conhecimento para a sociedade socialista e comunista. Elementos de análise na implementação da relação trabalho e educação.

Política de Financiamento da Educação

Fontes de financiamento da Educação. Vinculação constitucional de recursos e a manutenção e desenvolvimento do ensino. A desvinculação de recursos da união (DRU) e verbas públicas para a Educação. Recursos de impostos, o salário-educação e contribuições sociais. Esferas governamentais, níveis de ensino e a LDB. Orçamento do MEC, de estados e municípios. Recursos orçamentários e execução orçamentária. Desigualdades educacionais e desigualdades no financiamento. O FUNDEF e o FUNDEB. O financiamento da universidade federal, das universidades estaduais paulistas, e a autonomia universitária. A vinculação de recursos estaduais e as fundações de apoio à pesquisa. Novos enfoques: custo aluno- qualidade (CAQ). O público e o privado em Educação. O FIES e o ProUni. Trajetória das políticas públicas para o financiamento da Educação.

Pedagogia Socialista

Conhecimento da concepção educacional presente na ideologia socialista de sociedade. Desenvolvimento da reflexão socialista sobre educação e a trajetória das experiências educacionais inspiradas nessa tradição. Conhecimento das concepções teórico-epistemológicas de intelectuais alinhados com a pedagogia socialista na URSS e outras regiões.

Pensamento Social e Educacional Latino-Americano

Aspectos políticos, econômicos e sociais sobre a América Latina. Desenvolvimento do pensamento pedagógico clássico e contemporâneo latino-americano. Principais correntes da abordagem marxista, comunista e socialista na região e sua relação com a Educação. Teoria da Dependência e atualidade.

Tópicos Especiais em Políticas Públicas e Gestão da Educação

Abordagem de temas específicos da Área de Concentração e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Medidas em Educação

Os diferentes tipos de medida em educação. O uso dos resultados das medidas educacionais nas políticas públicas. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A validade dos indicadores educacionais. A validade dos questionários contextuais. O uso das variáveis contextuais associadas ao desempenho nas políticas públicas. Accountability e Regulação. Standards da Associação Americana de Pesquisa Educacional e do Conselho Nacional de Medição em Educação.

Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de

pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Políticas Públicas e Gestão da Educação e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Políticas Públicas e Gestão da Educação e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

2. LINHA DE PESQUISA: ESCOLA, APRENDIZAGEM, AÇÃO PEDAGÓGICA E SUBJETIVIDADE NA EDUCAÇÃO – (EAPS)

Aprendizagem e Desenvolvimento

Concepções e teorias da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo: fundamentos, características e análise crítica. As inter-relações entre aprendizagem e desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas teóricas. A perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano e suas implicações para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem. A aprendizagem escolar: tipos, particularidades e elementos constitutivos. A aquisição de conceitos científicos. O contexto escolar como espaço de desenvolvimento: implicações pedagógicas.

A Escola e seu Significado Social

Origens históricas da escola contemporânea. Escola, infância, psicologia do desenvolvimento e mensuração da inteligência. Educação universal como afirmação do monopólio radical da instituição escolar. O ethos social da escolarização. Convivencialidade e aprendizagem: a possibilidade da “escola sem uniforme” e do educar como ato de criação.

Criatividade e Inovação no Processo de Ensino-Aprendizagem

Problemas teóricos e metodológicos atuais no estudo da criatividade e da inovação. A criatividade e a inovação no trabalho pedagógico e no processo de aprendizagem: formas de expressão e estratégias para sua estimulação. Criatividade, inovação e mudança nas instituições educacionais. Análise crítica de pesquisas recentes sobre criatividade e inovação na educação. Particularidades da elaboração de projetos para o desenvolvimento da criatividade e da inovação no contexto educacional.

Desenvolvimento Psicológico Atípico e Problemas de Aprendizagem

Estudo do desenvolvimento humano na perspectiva de peculiaridades qualitativas que aparecem na estrutura de funcionamento orgânico e psicológico (ou da personalidade) do sujeito. A diversidade de trajetórias de desenvolvimento e suas premissas sócio-culturais. Princípios a serem considerados na prática educativa e os diferentes processos de escolarização.

Educação em Língua Materna

Fundamentos sociopsicolingüísticos da mediação de educadores na construção das competências lingüística e comunicativa de crianças, jovens e adultos, levando-se em conta as modalidades oral e escrita da língua e os diversos gêneros discursivos. A formação de professores de língua materna para início de escolarização. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Território, Cultura e Educação: escola, vida, tempo e espaço

Ação pedagógica e ciências Humanas. O global e o local. O espaço como síntese de múltiplas referencialidades. Espaço e tempo e atravessamentos. O espaço das diferenças e da igualdades. Espaço de democracia. A questão do meio na pedagogia e na teoria histórico-cultural. A natureza geográfica do desenvolvimento humano. O conceito de vivência e reelaboração criadora em Vigotski. Geografia da Infância. O direito ao território. A vida, o território e a escola. Territórios educativos, integrais e integradores. Mapas vivenciais como possibilidade de interlocução do sujeito com o meio

Educação de Jovens e Adultos

Abordar a alfabetização (educação) de jovens e adultos, como constituição de um sujeito político, epistemológicos e amoroso tendo por orientação metodológica a relação dialética teoria-prática e a pesquisa-ação.

Organização do Trabalho Pedagógico

Natureza e especificidade do trabalho pedagógico. Relações entre o trabalho pedagógico de instituições educacionais/cursos/disciplinas e a forma como a sociedade organiza o trabalho, de modo geral. Alterações na organização social e suas repercussões na organização do trabalho pedagógico. A profissionalização do magistério e suas implicações para a organização do trabalho pedagógico. O trabalho como princípio educativo. A centralidade da avaliação na organização do trabalho pedagógico de instituições educacionais/cursos e o da “sala de aula”. Formas alternativas de organização do trabalho pedagógico. A organização do trabalho pedagógico em ciclos de formação, na educação básica. Os exames externos e seu impacto na organização do trabalho pedagógico.

Qualidade na Educação Infantil

Infância e criança: dimensão sócio-histórica. Qualidade em educação infantil. O currículo e a prática pedagógica na educação infantil de qualidade. A avaliação da qualidade na educação infantil.

Subjetividade, Cultura e Educação

Cultura e Educação: aproximações conceituais. O papel da cultura na constituição do sujeito. A subjetividade a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Subjetividade individual, subjetividade social e processos educativos: suas interrelações. Os processos subjetivos na instituição escolar: sua expressão nos processos de aprendizagem e na organização do trabalho pedagógico.

Educação e Subjetividade: abordagens transdisciplinares

A disciplina pretende aprofundar os estudos sobre as relações educação e subjetividade advindos das concepções da Psicanálise, que inaugura uma visão transdisciplinar do mundo apoiando-se em uma ética que implica uma maneira peculiar de pensarmos a nós mesmos e o mundo. Ressaltar os elementos objetivos e subjetivos do processo de formação do educador subscrevendo a importância do lugar do inconsciente na leitura psicanalítica. Re-significar a pesquisa na formação/atuação do educador a partir das abordagens propostas.

Processos de Formação: um olhar transdisciplinar através da arte

A epistemologia da complexidade e a abordagem transdisciplinar do conhecimento. A articulação entre a Arte e novas formas de inteligibilidade e de leitura do processo de formação. O papel da sensibilidade e da linguagem artística no desenvolvimento de um pensamento complexo.

Escola, Aprendizagem , Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação

Abordagem de temas específicos da Área de Concentração e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Seminário de Pesquisa em Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

Seminário de Pesquisa em Escola, Aprendizagem, Ação Pedagógica e Subjetividade na Educação II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

3. LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA (ECMA)

Ensino de Ciências e Tecnologia

Dinâmica da construção do conhecimento científico. Bases epistemológicas do Ensino de ciências. O ensino de Ciências e Tecnologia: aspectos históricos e novas perspectivas. A natureza da aprendizagem escolar. Transposição didática do conhecimento científico e tecnológico. Mudança conceitual na sala de aula: papel das diferentes linguagens na formação de conceitos científicos.

Educação em Contextos Informais e Não Formais

Conceito de Educação. Diferentes espaços de educação. Papel da educação formal e informal. Organização das atividades em diferentes contextos não formais de ensino.

Educação Matemática

Estudar e debater as principais teorias de educação matemática e realizar uma discussão teórica sobre o processo de aprendizagem e de ensino da matemática, voltada para a formação à pesquisa científica e construção de instrumental conceitual e metodológico para o desenvolvimento de investigação no campo da Educação Matemática.

Alfabetização e Letramento Científico e Tecnológico

Alfabetização e letramento científico e tecnológico: concepções, objetivos e histórico. Educação

científica para a cidadania. Movimento de ensino de ciências na perspectiva Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente (CTSA). Introdução de aspectos sociocientíficos no currículo de ciências. Educação ambiental no ensino de ciências: histórico, princípios e propostas pedagógicas. Educação científica e cultura científica.

Aprendizagem Lúdica: Fundamentos, Estratégias e Inovações

Concepções teóricas sobre a atividade lúdica, em seus aspectos históricos, filosóficos, sociológicos, culturais, psicanalíticos, psicológicos e pedagógicos: abordagens pluridisciplinar e interdisciplinar. Principais métodos e técnicas educativas da aprendizagem lúdica. Análise e discussão de estudos e pesquisas atuais. Formação profissional e inovação pedagógica em ensino lúdico. Projeto de pesquisa ou estudo sobre lúdico em ensino-aprendizagem.

Tópicos Especiais em Educação em Ciências e Matemática

Abordagem de temas específicos da Área de Concentração e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Desigualdade científico- tecnológica: perspectivas educacionais

Bases epistemológicas do conhecimento científico e da educação científica. Conceitos operantes nos estudos da desigualdade social. Desigualdade científico-tecnológica: aspectos históricos. Desigualdade científico tecnológica na contemporaneidade. Educação científica crítica. A cultura do silêncio nas aulas de ciências.

Seminário de Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Educação em Ciências e Matemática e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

Seminário de Pesquisa em Educação e em Ciências e Matemática II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Educação em Ciências e Matemática e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

4. LINHA DE PESQUISA: PROFESSÃO DOCENTE, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

Avaliação na Educação Básica

Currículo: Fundamentos e Concepções

Currículo: fundamentos e concepções. Currículos e programas no Brasil. O currículo como campo de estudo e de investigação. As teorias curriculares tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo na

perspectiva global e local, em seu contexto histórico, cultural e social. Currículo e saberes profissionais. Tendências e questões atuais do currículo em diferentes níveis e contextos de formação.

Currículo para a Formação Docente

O currículo em Educação Básica e Superior. Currículo e profissionalização docente. As diretrizes curriculares nacionais para a formação docente. Currículo e as perspectivas emergentes: críticas e pós-críticas. A dimensão política e cultural subjacente à práxis curricular e a dimensão didático-pedagógica dos processos de reconfiguração curricular.

Formação de Profissionais da Educação

O cenário contemporâneo e a Educação Superior: evolução histórica e políticas públicas. Perspectivas de análise de formação: inicial e continuada. Necessidades e desafios no desenvolvimento profissional. Relações de gênero, raça e classe social. Ambigüidades dos processos de profissionalização e proletarização docente. Tendências investigativas sobre a formação de profissionais da educação: a produção acadêmica.

Docência na Educação Superior

Conceito de trabalho e trabalho pedagógico universitário. Importância e necessidade da formação pedagógica do professor universitário. Princípios metodológicos do trabalho pedagógico universitário: intencionalidade, criticidade, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Dimensões do processo didático e seus eixos norteadores: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Planejamento do trabalho pedagógico: projeto político-pedagógico e de ensino. A aula como espaço colaborativo na construção do saber. A relação pedagógica nos diversos contextos formativos.

Organização do Trabalho Pedagógico

Natureza e especificidade do trabalho pedagógico. Relações entre o trabalho pedagógico de instituições educacionais/cursos/disciplinas e a forma como a sociedade organiza o trabalho, de modo geral. Alterações na organização social e suas repercussões na organização do trabalho pedagógico. A profissionalização do magistério e suas implicações para a organização do trabalho pedagógico. O trabalho como princípio educativo. A centralidade da avaliação na organização do trabalho pedagógico de instituições educacionais/cursos e o da “sala de aula”. Formas alternativas de organização do trabalho pedagógico. A organização do trabalho pedagógico em ciclos de formação, na educação básica. Os exames externos e seu impacto na organização do trabalho pedagógico.

Profissão Docente: Evolução Histórica

A profissão docente: características gerais e específicas. Estudos sócio-históricos da gênese e desenvolvimento da profissão docente. A constituição da profissão docente no Brasil: influências da igreja, do Estado e dos movimentos privatistas. O processo de profissionalização docente no Brasil e no Distrito Federal. A organização política da categoria profissional e os movimentos sindicais e acadêmicos. A ética como expressão da consciência profissional e sócio política. O desenvolvimento profissional docente como projeto.

Seminário de Pesquisa em Profissão Docente, Currículo e Avaliação I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Desenvolvimento Profissional Docente e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

Seminário de Pesquisa em Profissão Docente, Currículo e Avaliação II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Desenvolvimento Profissional Docente e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

5. LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO (ETEC)

Linguagens audiovisuais e cinema

A disciplina proporciona estudos da linguagem do cinema documentário e suas implicações nos processos históricos e sociológicos no que estes constituem interferir com a educação.

Educação hipertextual nas produções culturais

Envolver os estudantes em atividades de pesquisa com o objetivo de discutir e refletir criticamente a inserção das novas tecnologias no contexto educacional. Provocar discussões sobre as potencialidades e as limitações da utilização dos recursos tecnológicos no contexto escolar. Analisar os princípios constitutivos do hipertexto (não-linearidade, heterogeneidade, intertextualidade e interatividade) em seus fundamentos teóricos e implicações. Refletir e examinar como os elementos da interatividade e da comunicação hipertextual se manifestam nos diferentes hipertextos educacionais. Discutir até que pontos formatos assumidos pelos princípios constitutivos do hipertexto eletrônico dão garantia da proposição de uma leitura e de uma escritura que favorece a inferência, a criação e a produção de sentidos.

Ciberarte e educação online

O uso crescente da Internet está viabilizando a emergência de uma nova forma de interatividade com um profundo impacto na arte e na educação; estas formas emergentes de arte e de educação se manifestam em comunidades virtuais, artísticas e de aprendizagem; neste eixo de pesquisa são explorados os novos caminhos, formas e tendências da arte e da aprendizagem no ciberespaço.

Espaços de cinema: natureza e cultura em imagens e sons

A disciplina discute as relações do cinema com as múltiplas concepções de ecologia humana, as concepções de espaço que o cinema apresenta. Procura analisar cenários artificiais e reais relacionando-os com as múltiplas concepções de homem. A construção de uma memória artificial a partir de filmes e programas de vídeo-teipe e suas relações com a escola, a educação, a vida.

Informática e Comunicação Pedagógica

Abordagem da informática como meio de comunicação e de expressão pedagógicas. Aprofundamento teórico nas diferentes manifestações da informática educativa a partir de uma contextualização ampla

sobre a sociedade da informação e sobre o desenvolvimento científico e tecnológico. O ensino e a aprendizagem mediados pela tecnologia informática. Discussão do potencial pedagógico de diferentes recursos decorrentes do uso do computador na educação: o software educativo, a Internet como meio de pesquisa, de informação e de comunicação, as comunidades de aprendizagem em rede virtual, o *e-learning*, a multimídia, a hipermídia. Conhecimento das novas abordagens teóricas e do estado da arte no campo da informática educativa.

Mídia e Educação

Abordagens teóricas e metodológicas de mídia e educação e sua contextualização histórica. A mídia na vida social e cultural (dos meios de comunicação de massa à convergência TV-Internet e expectativas de cultura participativa). Mídia e Mediações. Processos de produção e recepção de TV (analógica e digital), e interfaces com educação. Narrativas midiáticas e modos de aprender. Mídia e escola: funções e perspectivas.

Pesquisa em Tecnologias na Educação

Estudo de abordagens teóricas e metodológicas pertinentes a diferentes meios tecnológicos (televisão, vídeo, computador, Internet, rádio, material impresso, videoconferências, teleconferências) e suas interações com processos educacionais considerando as singularidades das pesquisas no campo de estudo de Tecnologias da Informação e da comunicação na educação.

Teatro, Drama e Educação

Relação entre práticas pedagógicas e práticas teatrais, tendo como principais focos de interesse: teatro-educação, pedagogia do teatro e pedagogia do drama; socionomia, sociometria, sociodinâmica e sociatria; texto e jogo; multirreferencialidade na construção de conhecimentos a partir de práticas teatrais; natureza e sentido da improvisação e sua relação com práticas pedagógicas.

Tecnologias Interativas na Educação

Pesquisa como os múltiplos discursos estão representados e construídos em diferentes meios de comunicação difusos no meio social e cultural, com o objetivo de distinguir e interpretar criticamente as diferentes maneiras de construir e expressar conhecimentos. Ao captarmos essas diferenças, interessa-nos polemizar a atual concepção e inserção das novas tecnologias no contexto educacional e apontar uma abordagem alternativa para subsidiar o planejamento e desenvolvimento de projetos e ações pedagógicas a serem implantada no futuro.

Educação, Tecnologias e Comunicação

Abordagem de temas específicos da Área de Concentração e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Seminário de Pesquisa em Educação, Tecnologias e Comunicação I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Educação e Comunicação e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

Seminário de Pesquisa em Educação, Tecnologias e Comunicação II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo da área de concentração Educação e Comunicação e de suas linhas de pesquisa e eixos de interesse.

6. LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO (EAEC)

Ecologia Humana e Educação Ambiental

A educação ambiental no contexto socioambiental brasileiro. Conhecimentos, valores e vivências que influenciam a construção do sujeito ecológico. Ecologia humana e percepção ambiental. Crise e sustentabilidade. A escola como espaço socioambiental de construção do conhecimento e produção de sentidos.

Abordagens Metodológicas Transdisciplinares

Fundamentos conceituais para a construção de estratégias metodológicas transdisciplinares. A relação sujeito-objeto, a relação entre educação e práticas sociais. Articulação entre a pesquisa, implicação do pesquisador e o conhecimento dos grupos sociais envolvidos.

Complexidade e Educação

Do enraizamento cósmico à emergência humana; a natureza humana: o paradigma perdido; o âmago do sujeito e a identidade polimorfa; o circuito sapiens-demens; as múltiplas identidades: social, política, histórica, planetária: a humanização da hominização e o papel da educação.

Fundamentos Epistemológicos da Transdisciplinaridade

Fundamentos filosóficos e conceituais da transdisciplinaridade e a repercussão nas práticas educativas. O pensamento complexo, a multirreferencialidade e a epistemologia da transdisciplinaridade. Articulação entre ciências da vida, ciências humanas e saberes locais. Coexistência e transição de paradigmas no contexto civilizacional do século XXI.

Fundamentos da Educação do Campo

Fundamentos político-pedagógicos, sócio-econômicos e culturais da Educação do Campo. Histórico e contemporaneidade das propostas e realizações do movimento da Educação do Campo. Relações entre Estado, universidade e movimentos sociais do campo. Educação popular e luta por direitos. Construção política da noção de escola do campo. Processos de gestão das políticas públicas de educação do campo. Modelos de desenvolvimento rural e relações campo-cidade. Educação e subjetividade como relação política. Questões político-pedagógicas na universidade e nas escolas do campo.

Organização e Cultura

Evolução da Teoria das Organizações, correntes clássicas e contemporâneas. Passagem da Teoria Administrativa para a Teoria das Organizações. Burocracia como forma de organização. Burocracia e Estratégia de Desenvolvimento. A Teoria Geral dos Sistemas e a Organização. A teoria

Institucional no Estudo das Organizações, Cultura e Organização. Dinâmica organizacional - Novas formas organizacionais.

Educação Ambiental

Abordagem de temas específicos da Linha de Pesquisa no eixo Educação Ambiental, e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Educação do Campo

Abordagem de temas específicos da Linha de Pesquisa no eixo Educação do Campo, e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Seminário de Pesquisa em Educação Ambiental I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo no eixo de interesse Educação Ambiental.

Seminário de Pesquisa em Educação Ambiental II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo no eixo de interesse Educação Ambiental.

Seminário de Pesquisa em Educação do Campo I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo no eixo de interesse Educação do Campo.

Seminário de Pesquisa em Educação do Campo II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades do campo no eixo de interesse Educação do Campo.

7. LINHA DE PESQUISA : ESTUDOS COMPARADOS EM EDUCAÇÃO - ECOE

Educação Comparada

Abordagem de temas específicos da Área de Concentração e de interesse de investigação de seus professores. Tem, portanto, abordagens diferentes de acordo com o eixo de interesse do professor responsável. Pode ser cursada mais de uma vez, simultaneamente ou consecutivamente.

Metodologias Qualitativas e Interpretações de Dados

Apesar da crescente demanda da pesquisa social qualitativa no campo das Ciências Sociais e da Educação e do grande número de pesquisadores trabalhando com métodos qualitativos, existe ainda uma lacuna no que diz respeito ao estudo de referenciais teórico-metodológicos no campo da pesquisa qualitativa e ao ensino de técnicas de pesquisa e métodos de interpretação de dados. Atualmente metodologias qualitativas não são vistas em contraposição aos métodos quantitativos, mas como enfoques diferentes e necessários no campo da pesquisa social empírica. A disciplina abordará os seguintes aspectos: entrevistas; método de transcrição e interpretação de dados coletados; Exercícios de interpretação de entrevistas individuais e entrevistas de grupo.

Estudos Comparados: enfoques epistemológicos, teorias e métodos

A disciplina objetiva orientar os estudantes em relação às diferentes tendências e abordagens teórico-epistemológicas, métodos, técnicas e instrumentais de pesquisa que podem ser utilizados nos estudos comparados em educação. Procura reconstruir a educação comparada a partir dos paradigmas científicos que a constituíram como campo do conhecimento na análise dos contextos educacionais, dentre outros, a tradição histórico-filosófica com suas abordagens hermenêuticas-interpretativas. Apresenta ainda discussões recentes sobre a necessidade de construção de teorias, conceitos ou perspectivas de investigação que possam justificar a relação entre os processos existentes em nível mundial e seus significados e repercussões em contextos sociais específicos.

Infância, Corpo e Educação - Código 396699

Fundamentos Teóricos e Estudos da Infância com base em Ciências Humanas e Sociais com ênfase na educação do corpo. Interface entre estudos da Infância e Educação Física. Pesquisa e prática pedagógica em Educação Física com crianças

Seminário de Pesquisa em Estudos Comparados em Educação I

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades da linha de pesquisa de Estudos Comparados em Educação e de seus eixos de interesse.

Seminário de Pesquisa em Estudos Comparados em Educação II

Disciplina dirigida ao trabalho de orientação específica com foco na temática de projetos de pesquisa e destinada ao desenvolvimento de atividades tais como a elaboração de artigos completos para eventos e revistas científicas, elaboração de resenhas, aprofundamento em tópicos de quadros teóricos e outras atividades da linha de pesquisa de Estudos Comparados em Educação e de seus eixos de interesse.